



O SISTEMA DA DÍVIDA E O FUNCIONALISMO PÚBLICO

Evento promovido pela CSP/CONLUTAS

Os ataques ao RJU e a Reforma Administrativa ameaçam os direitos da população

28 de novembro de 2024

CONJUNTURA ESCANCARA

A CENTRALIDADE DO SISTEMA DA DÍVIDA E O SACRIFÍCIO PARA OS DIREITOS SOCIAIS

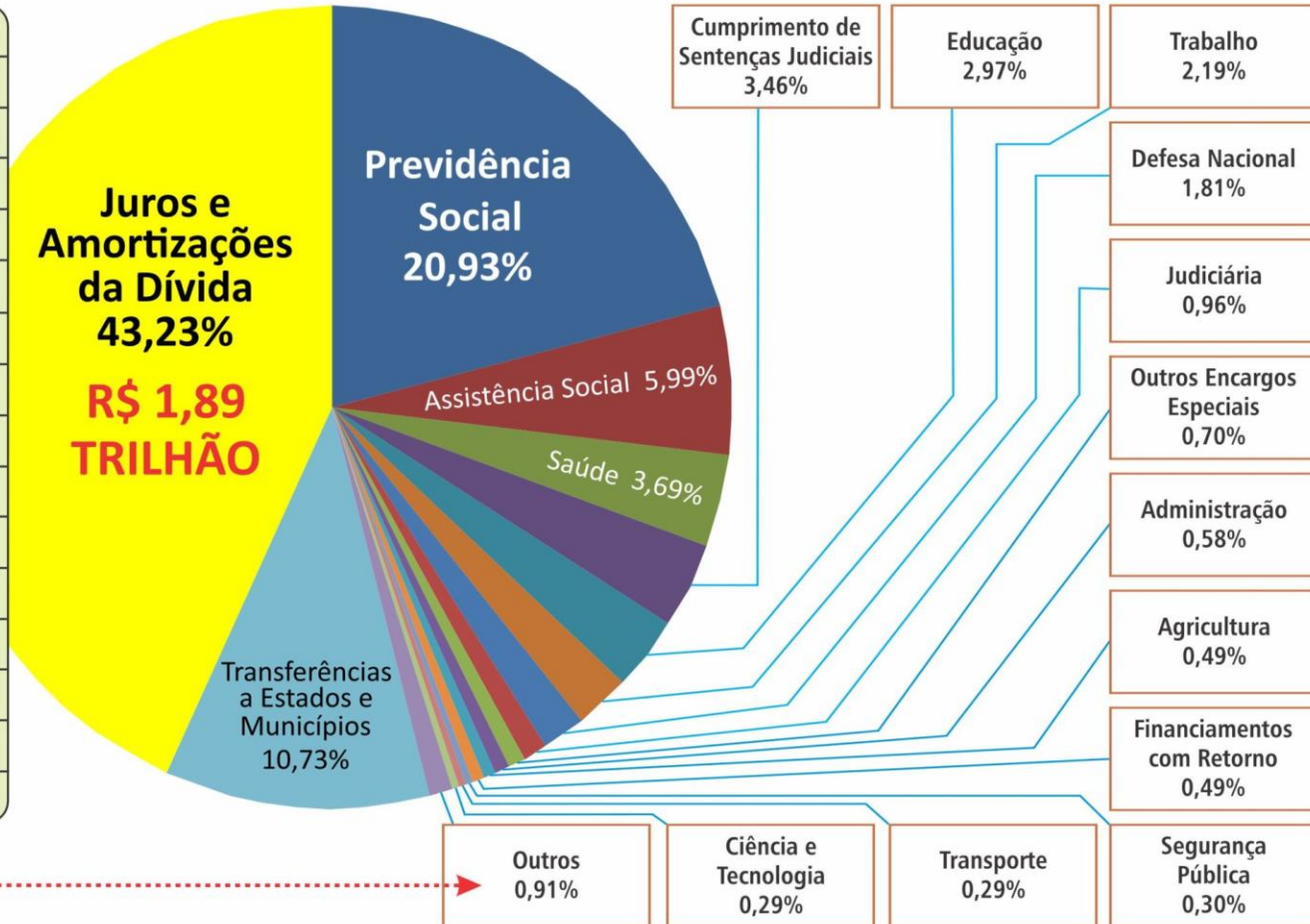
- Não atendimento às reivindicações de servidores públicos, devido à necessidade de perseguir limites e metas da LRF;
- Imposição do Regime de Recuperação Fiscal (RRF), inclusive via Decreto, que obriga congelamento de salários, progressão salarial, privatizações e outras medidas restritivas a investimentos sociais;
- Ameaça de nova Reforma da Previdência no âmbito dos Estados e Municípios foi retirada da PEC 66, que já havia sido aprovada no Senado, porém, vários estados estão realizando essas contrarreformas;
- Ameaças de retomada da contrarreforma administrativa (PEC 32);
- Privatizações, PPP (com risco de Securitização de Créditos Públicos);
- Fim do Regime Jurídico Único pelo STF.

É URGENTE ENFRENTAR O SISTEMA DA DÍVIDA

ORÇAMENTO FEDERAL EXECUTADO EM 2023 PRIVILÉGIO DO SISTEMA DA DÍVIDA

Orçamento Federal Executado (pago) em 2023 = R\$ 4,36 TRILHÕES

| | |
|-----------------------|--------|
| OUTROS (%) | 0,9110 |
| Essencial à Justiça | 0,2080 |
| Legislativa | 0,1820 |
| Gestão Ambiental | 0,0895 |
| Relações Exteriores | 0,0887 |
| Organização Agrária | 0,0596 |
| Comunicações | 0,0564 |
| Cultura | 0,0524 |
| Comércio e Serviços | 0,0477 |
| Indústria | 0,0446 |
| Urbanismo | 0,0275 |
| Energia | 0,0240 |
| Direitos da Cidadania | 0,0193 |
| Desporto e Lazer | 0,0080 |
| Saneamento | 0,0034 |
| Habitação | 0,0000 |



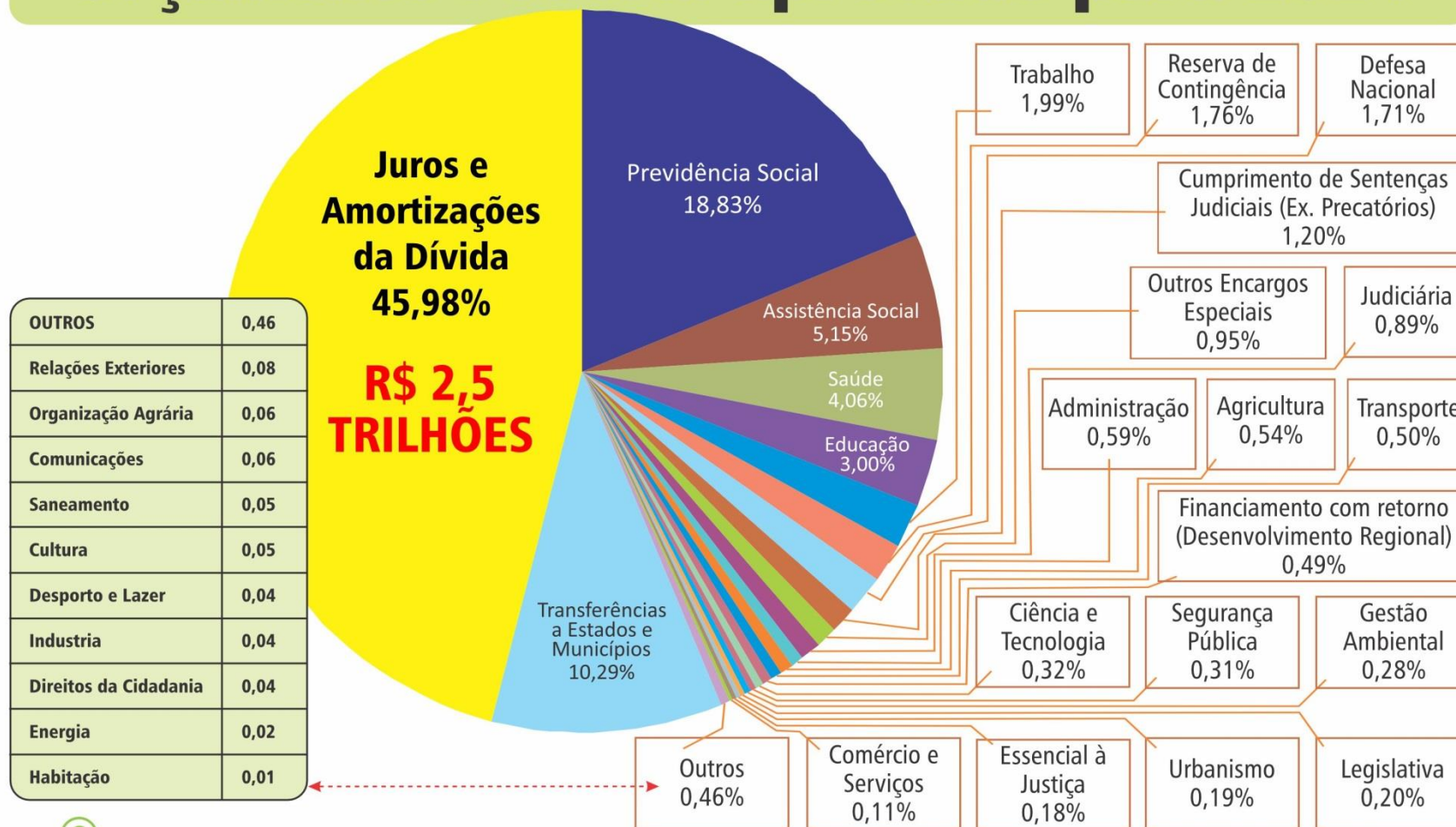
Fonte: Painel do Orçamento Federal - www1.sioop.planejamento.gov.br/QvAJAXZfc/opedoc.htm?document=IAS%2FExecucao_Orcamentaria.qvw&host=QVS%40pqlk04&anonymous=true&sheet=SH06

Elaboração: Auditoria Cidadã da Dívida. Consulta em 24/1/2024. Orçamento Fiscal e da Seguridade Social. Gráfico por Função, com exceção da Função "Encargos Especiais", que foi desmembrada em "Juros e Amortizações da Dívida" (GNDs 2 e 6); "Transferências a Estados e Municípios" (Programa 0903), "Cumprimento de Sentenças Judiciais" (Programa 0901), "Financiamentos com Retorno" (Programa 0902) e "Outros Encargos Especiais" (restante da função).

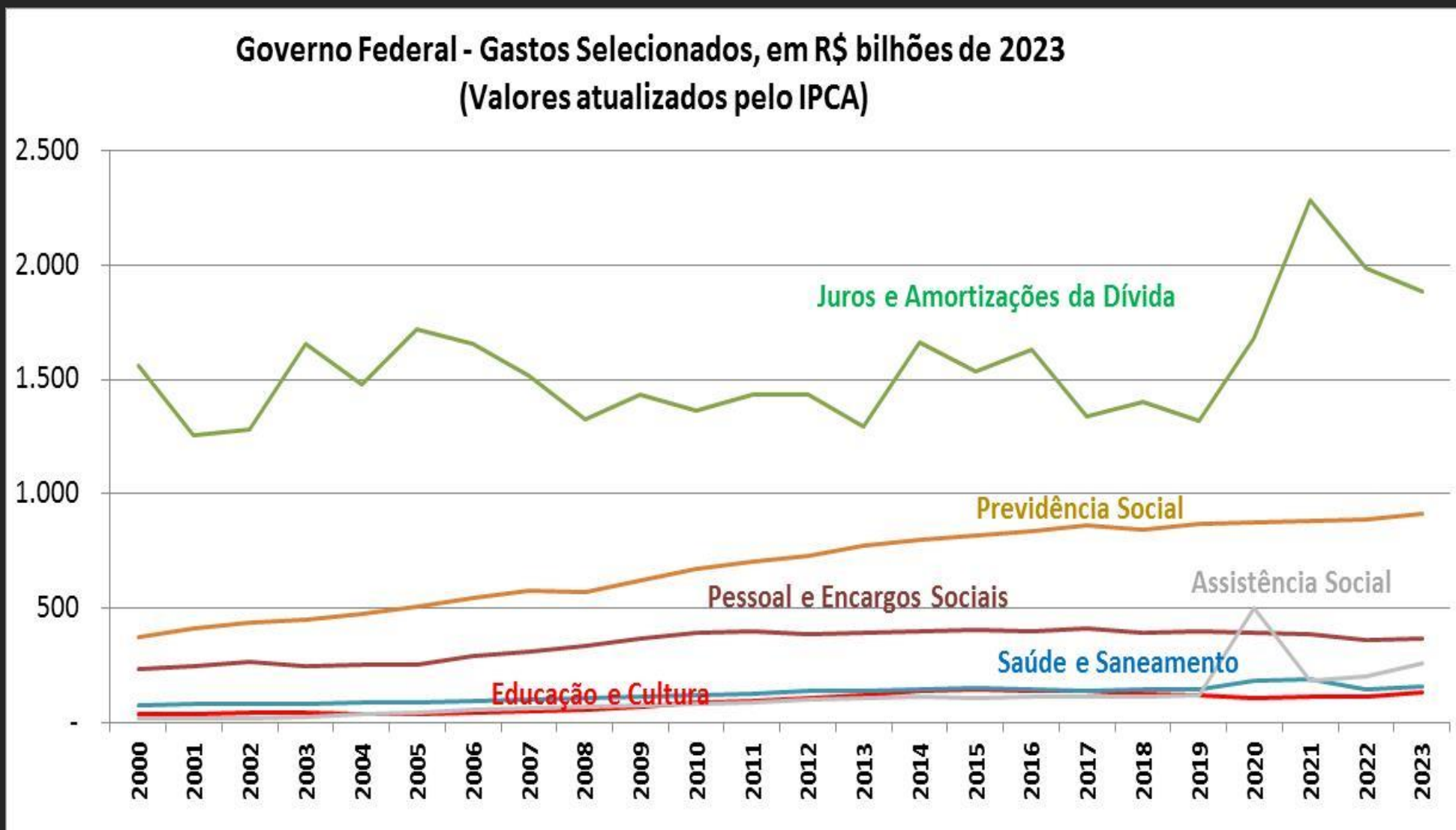
<https://www.youtube.com/watch?v=gx0fvjCy7gI&t>

ORÇAMENTO FEDERAL PARA 2024 – PRIVILÉGIO DO SISTEMA DA DÍVIDA

Orçamento Federal aprovado para 2024



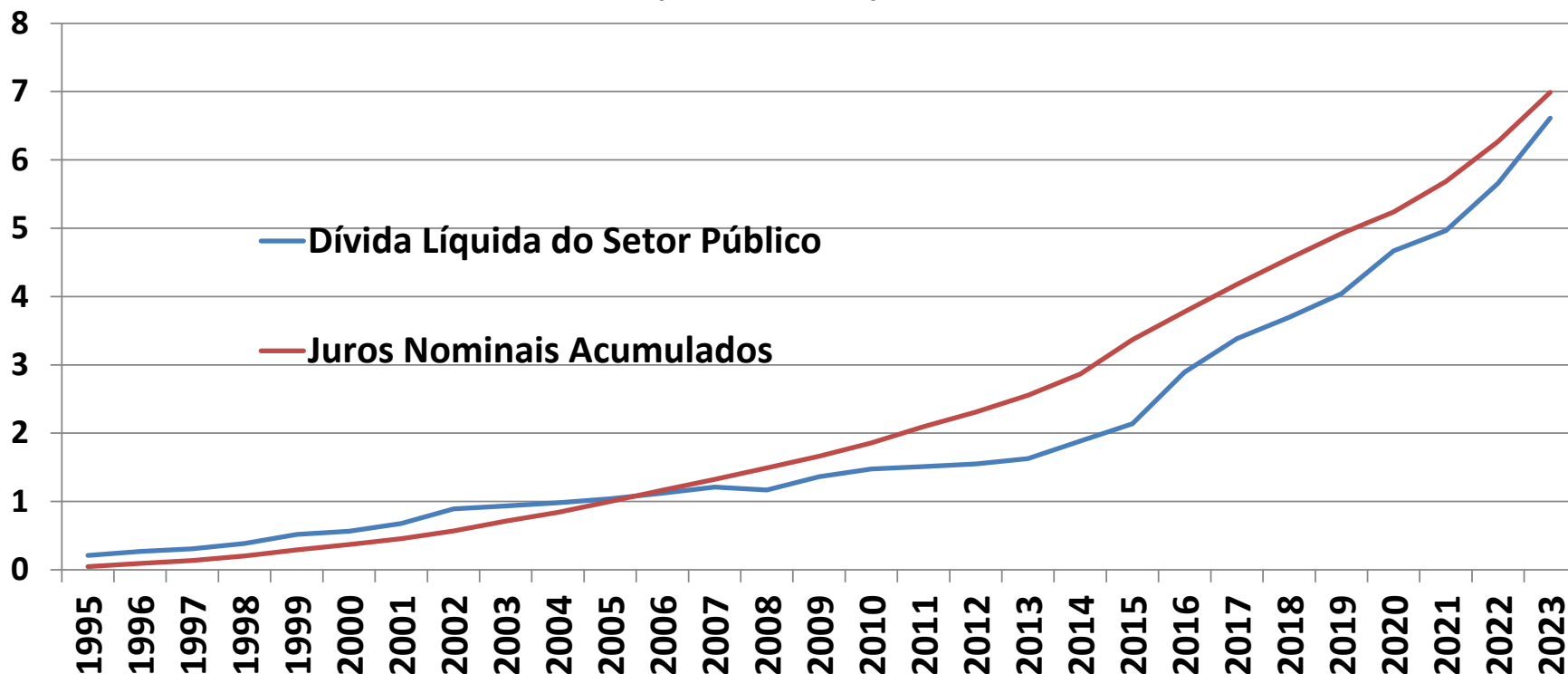
ONDE DE FATO ESTÁ O ROMBO DAS CONTAS PÚBLICAS ?



Fonte: <https://www.tesourotransparente.gov.br/publicacoes/despesas-da-uniao-series-historicas/2023/8-2> ; Painel do Orçamento Federal - <https://www1.siof.planejamento.gov.br/painelorcamento/>

JUROS ALTOS SÃO O PRINCIPAL FATOR RESPONSÁVEL PELO CRESCIMENTO EXPONENCIAL DA DÍVIDA PÚBLICA

Relevância dos Juros no Estoque da Dívida Líquida do Setor Público
(R\$ Trilhões)



Fonte: Séries Temporais do Banco Central nº 16.830, 4.478, 16.962 e 4.759. Disponíveis em:

<https://www3.bcb.gov.br/sgspub/localizarseries/localizarSeries.do?method=prepararTelaLocalizarSeries>

BANCO CENTRAL: PRINCIPAL RESPONSÁVEL

Taxa básica de juros Selic: 11,25% a.a.

DE QUE ADIANTA CORTAR GASTOS SOCIAIS SE O ROMBO ESTÁ NOS JUROS?

Elasticidades da DLSP e DBGG

| | DLSP | | DBGG | |
|--|-------------|------------------------|-------------|------------------------|
| | R\$ bilhões | p.p. PIB ^{1/} | R\$ bilhões | p.p. PIB ^{1/} |
| Desvalorização de 1% na taxa de câmbio ^{2/} | -9,8 | -0,09 | 10,4 | 0,09 |
| Redução de 1 p.p. na taxa Selic ^{2/ 3/} | -54,7 | -0,48 | -49,9 | -0,44 |
| Redução de 1 p.p. nos índices de preços ^{2/ 3/} | -17,8 | -0,16 | -17,6 | -0,15 |

1/ Impacto na relação DLSP/PIB ou DBGG/PIB. conforme o caso.

2/ Impactos são simétricos no caso de valorização cambial, aumento de taxa Selic e aumento de índices de preços.

3/ Variação mantida por doze meses.

R\$ 55 bilhões a mais de juros por ano a cada 1% a mais na Taxa Selic

Fonte https://www.bcb.gov.br/content/estatisticas/hist_estatisticasfiscais/202410_Texto_de_estatisticas_fiscais.pdf

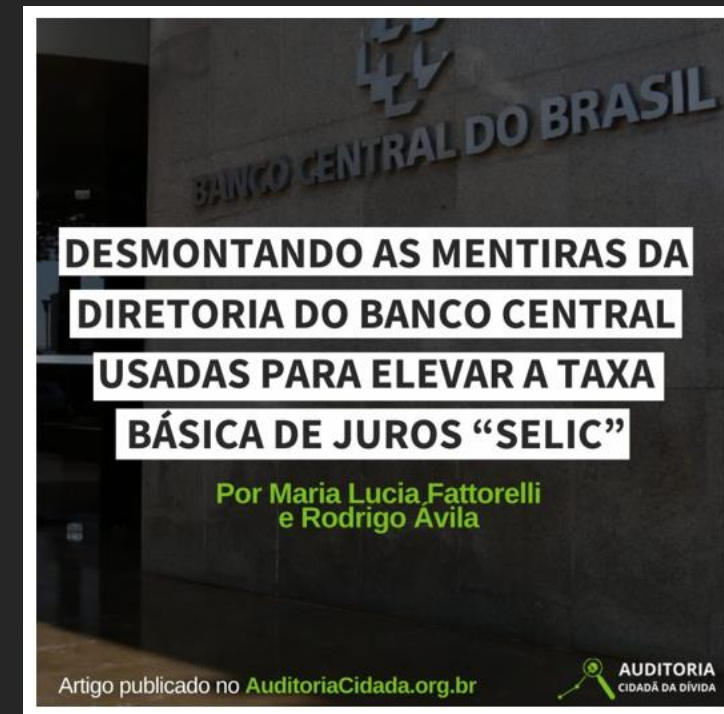
Taxas de juros reais anuais no mundo desenvolvido: Alemanha 0,52% a.a. EUA 1,23% a.a. Japão -1,64% a.a.

BRASIL (taxa básica real): **8,08% a.a.**

Fonte: <https://moneyou.com.br/wp-content/uploads/2024/11/rankingdejurosreais051124.pdf>

POR QUE OS JUROS SÃO TÃO ELEVADOS NO BRASIL?

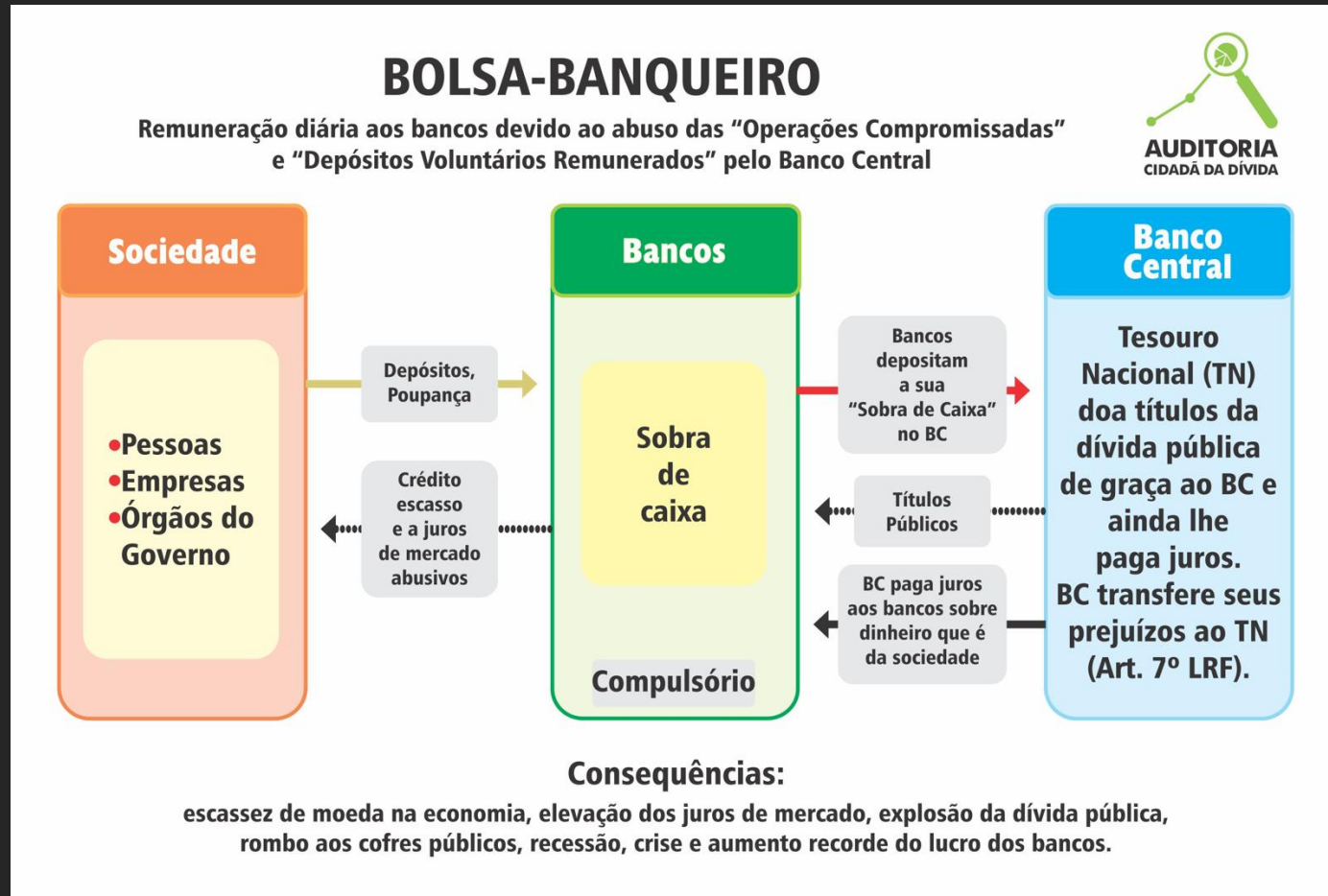
- **BANCO CENTRAL tem elevado a SELIC com base em mentiras**, tendo em vista que dados oficiais comprovam que elevar juros não controla o tipo de inflação que existe no Brasil:
 - 76% da inflação acumulada até outubro/2024 (IPCA/IBGE) decorre de preços que não têm relação alguma com uma suposta demanda aquecida, ou seja, **não caem com a alta dos juros**, como energia elétrica, combustíveis, alimentos, tarifas bancárias
 - Demais 24% também são pressionados por preços administrados
- **BANCO CENTRAL provoca elevação dos juros de mercado devido à prática da Bolsa Banqueiro**: remuneração diária aos bancos esterilizando cerca de R\$ 1,5 trilhão que deveria circular na economia



<https://auditoriacidada.org.br/conteudo/desmontando-as-mentiras-do-banco-central-para-elevar-a-taxa-basica-de-juros-a-selic/>

BC remunera diariamente os bancos:

Operação provoca escassez de moeda, elevação dos juros de mercado, explosão da dívida pública e rombo aos cofres públicos



Ver: Assalto aos cofres públicos <https://bit.ly/3coiw27> e <https://bit.ly/2YboFpY>

**EM VEZ DE
BOLSA-BANQUEIRO,
GOVERNO PODERIA REPARAR
PERDAS DE TODO O SERVIÇO
PÚBLICO FEDERAL**



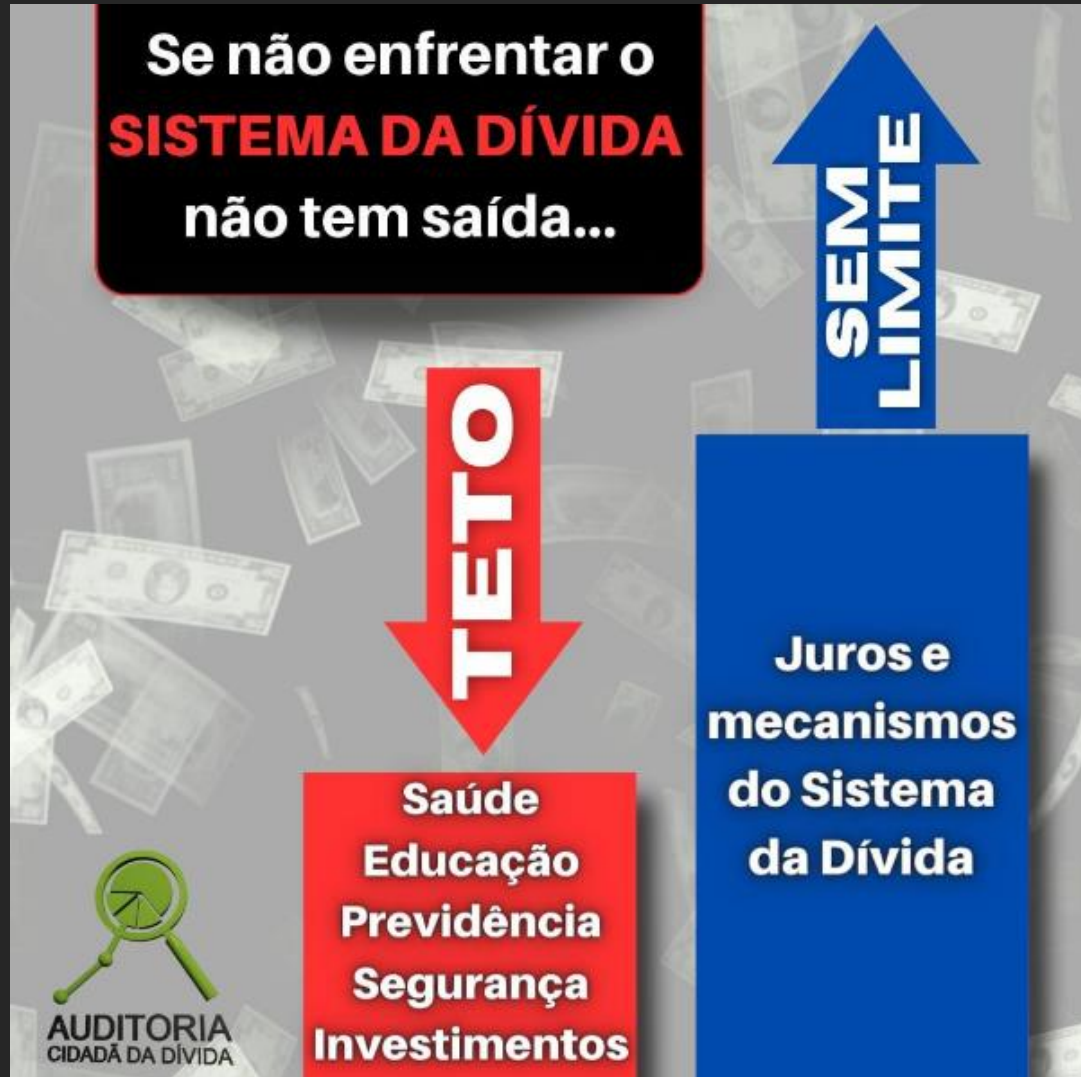
- Em 2023, o Banco Central pagou **R\$ 222 bilhões de juros** aos bancos. Isso sem falar nos juros e amortizações da dívida pública que o Tesouro Nacional também paga aos bancos.

- Por outro lado, os servidores públicos federais reivindicam a recomposição das perdas inflacionárias acumuladas em 46,5% desde 2010, percentual este resultante da média entre 53,17% e 39,92%, reivindicados pelos respectivos blocos de servidores.

(Fonte: <https://sinasefe.org.br/site/download/consolidacao-da-pauta-de-reivindicacao-dos-servidores-publicos-federais/?wpdmdl=47214&refresh=64c3c47b8017e1690551419>)

- O volume de recursos para repor integralmente essa perda média de 46,5% seria de aproximadamente **R\$ 158 bilhões**, valor inferior ao valor gasto com a Bolsa-Banqueiro no ano passado e, adicionalmente, 12 vezes menor que o valor gasto com juros e amortizações do Sistema da Dívida em 2023.

EC 95/2016 e LC 200/2023 ("ARCABOUÇO FISCAL")



- Manteve o teto de gastos sociais para *“guardar recursos importantes para o pagamento do endividamento público”*
- Impõe graves restrições orçamentárias para cumprir o teto e a meta de “superávit primário”
- Governo promete mais cortes para cumprir o “arcabouço”: rebaixamento dos pisos da saúde e educação
- Risco da “Reforma Administrativa”

Apesar de recordes na arrecadação os direitos dos servidores públicos continuam sendo negligenciados. Em outubro/2024, recorde histórico de arrecadação, mas governo anuncia mais um corte de R\$ 6 bilhões.

RECEITA CRESCE 9% EM TERMOS REAIS, MAS INVESTIMENTOS SOCIAIS SÓ PODEM CRESCER 2,5% AO ANO



Por quê a estrutura do Estado está sucateada, se temos imensas riquezas sob todos os aspectos e TEMOS MANTIDO TRILHÕES EM CAIXA HÁ VÁRIOS ANOS?

➤ Chegamos a **mais de R\$ 5 TRILHÕES** em caixa:

- **R\$ 1,50 TRILHÃO** na Conta Única do Tesouro Nacional (em 30/8/2024)
- **R\$ 1,64 TRILHÃO** no caixa do Banco Central (em 30/8/2024)
(Operações Compromissadas e Depósitos Voluntários Remunerados – “Bolsa Banqueiro”)
- **R\$ 2,07 TRILHÕES** em Reservas Internacionais (em 11/10/2024)

Fonte: https://www.bcb.gov.br/content/estatisticas/hist_estatisticasfiscais/202409_Tabelas_de_estatisticas_fiscais.xlsx
(Tabela 4, Linhas 44, 50 e 52), e Serie Temporal do BCB nº 13.621

O problema não é falta de recursos, mas o privilégio do Sistema da Dívida e demais eixos que sustentam o modelo econômico concentrador de renda

CONTRIBUIÇÕES DA AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA PARA A LUTA DO FUNCIONALISMO PÚBLICO

A partir dos dados do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) e do Projeto de Lei Orçamentária (PLOA) para 2024, bem como de recentes pronunciamentos de representantes do governo federal acerca da impossibilidade de conceder reajustes para o funcionalismo público, ou sequer repor as imensas perdas inflacionárias acumuladas desde 2010, que já superam cerca de 46%, apresentamos a presente contribuição para a luta que todo o serviço público federal vem enfrentando, a fim de fortalecer a estrutura do Estado e garantir a necessária prestação de serviços públicos para a sociedade brasileira.

O QUE ESTÁ RESERVADO PARA O FUNCIONALISMO PÚBLICO PARA 2024, CONFORME PROJETOS ORÇAMENTÁRIOS (PLDO e PLOA) APRESENTADOS PELO GOVERNO AO CONGRESSO NACIONAL?

O Projeto de Lei Orçamentária (PLOA) para 2024 não prevê reajuste geral do funcionalismo público, conforme constou textualmente da Mensagem Presidencial¹ que acompanha o referido projeto: **"a proposta orçamentária para o ano de 2024 não contempla a revisão geral de que trata o art. 37, inciso X da Constituição Federal" ... "Por mais legítimo que seja o pleito, se revelaria uma medida imprudente ..."**.

O Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) para 2024² estabelece meta de "déficit primário zero", o que impõe drástica restrição para todos os gastos primários e representa mais um entrave para a concessão de reajustes ao funcionalismo público. É importante registrar que o "déficit primário zero" nada tem a ver com a propalada "responsabilidade fiscal", mas sim, com a subtração de recursos das áreas sociais (inclusive dos salários do funcionalismo público) para priorizar o pagamento de juros e amortizações da chamada "dívida pública".

Devido à crescente pressão por parte das diversas categorias do serviço público federal, o governo chegou a afirmar que teria conseguido uma reserva no orçamento de 2024 no valor de apenas R\$ 1,5 bilhão, porém, tal valor seria suficiente para um reajuste geral de menos de 1%, percentual irrisório se comparado às perdas acumuladas em mais de 46%, em média.



Campanha É HORA DE VIRAR O JOGO

<https://auditoriacidada.org.br/e-hora-de-virar-o-jogo/>

<https://auditoriacidada.org.br/conteudo/contribuicoes-da-auditoria-cidada-da-vida-para-a-luta-do-funcionalismo-publico/>

STF: FIM DO REGIME JURÍDICO ÚNICO

- O fim do RJU é resultante de grave FRAUDE no processo legislativo, durante a votação na Câmara da PEC 173/1995, convertida na EC 19/1998.

(Ver artigo de Luiz Alberto dos Santos, disponível em

<https://politicapublica.wordpress.com/2024/11/08/o-julgamento-da-adi-2135-e-o-fim-do-regime-juridico-unico-o-stf-errou/>)

- A fraude havia sido sustada por liminar no âmbito da ADI 2135/1999.
- Em 6/11/2024, o STF rejeitou a ADI, por 8 votos a 3
- Votaram contra o funcionalismo público: Flávio Dino, Cristiano Zanin, Dias Toffoli (Ministros indicados por Lula), Roberto Barroso (indicado por Dilma), Nunes Marques, André Mendonça (indicados por Bolsonaro), Alexandre de Moraes (Michel Temer), Gilmar Mendes (FHC)
- 3 ministros indicados por Lula decidiram o resultado final

AFINAL, QUE DÍVIDA É ESSA?

TCU afirmou ao Senado que a dívida interna federal **não serviu** para investimento no país

<https://bit.ly/2NTPIJo>

Para que tem servido?

<https://bit.ly/36AbwLJ>

- Pagar os juros da própria dívida
- Veículo de transferência de recursos públicos para bancos
- Justificativa para **contrarreformas**
- Justificativa para **privatizações**
- Responsável pelo **Teto de Gastos e arcabouço fiscal**
- Consome a maior fatia do orçamento federal todos os anos.

Auditoria da Dívida Pública:

Ferramenta fundamental para garantir transparência, correta aplicação dos recursos públicos e desenvolvimento socioeconômico do Brasil



Maria Lucia Fattorelli

AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA



Primeira Edição 2023
Obra autofinanciada - VENDA PROIBIDA

<https://bit.ly/42HOWM3>

TCU CONFIRMOU QUE A DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL NÃO TEM CONTRAPARTIDA EM INVESTIMENTOS

Destinação de recursos para investimentos



VIA ORÇAMENTO

- No período de 2000 até 2017, nenhuma despesa orçamentária do OFSS classificadas no GND 4 – Investimentos foi custeada com recursos das fontes 43 ou 44 (fonte emissão de títulos)

VIA BNDES

| Países | Valor Liberado Até Agosto/2017 |
|----------------------|--------------------------------|
| Brasil | 449.925.787.081,14 |
| Argentina | 1.212.460.250,20 |
| Angola | 1.006.233.901,59 |
| Estados Unidos | 654.378.246,44 |
| Venezuela | 236.143.356,22 |
| Chile | 230.233.940,40 |
| República Dominicana | 201.679.496,00 |
| Canadá | 56.887.934,21 |
| Equador | 40.945.584,10 |
| Uruguai | 5.648.435,33 |
| Cuba | 2.538.069,09 |
| Peru | 75.472,99 |
| México | 398.327,29 |
| Índia | 265.374,00 |
| Diversos Países | 2.307.319.588,72 |
| Total | 455.881.695.057,72 |

Tela apresentada pelo TCU ao Senado em audiência pública da CAE realizada em 25/06/2019
<https://auditoriacidada.org.br/video/tcu-afirma-que-divida-nao-serviu-para-investimento-no-pais/>

<https://auditoriacidada.org.br/video/tcu-afirma-que-divida-nao-serviu-para-investimento-no-pais/>

DÍVIDA CRESCE POR CAUSA DOS JUROS, E NÃO DAS DESPESAS PRIMÁRIAS

O falso argumento de que “os juros são altos porque a dívida é alta”

A Dívida Pública **RETIRA** recursos das áreas sociais

A mentira do “déficit” financiado por endividamento

2014 a 2023



Gastos com a dívida pública (juros e amortizações) pagos com receitas de outras fontes (não relacionadas com a emissão de títulos da dívida) que poderiam financiar gastos e investimentos sociais =

R\$ 2,51 Trilhões

Gastos e investimentos sociais pagos com receitas de títulos da dívida pública =

R\$ 1,38 Trilhão

No final das contas, a Dívida Pública **RETIROU**
RESULTADO = R\$ 1,13 Trilhão
das áreas sociais no período

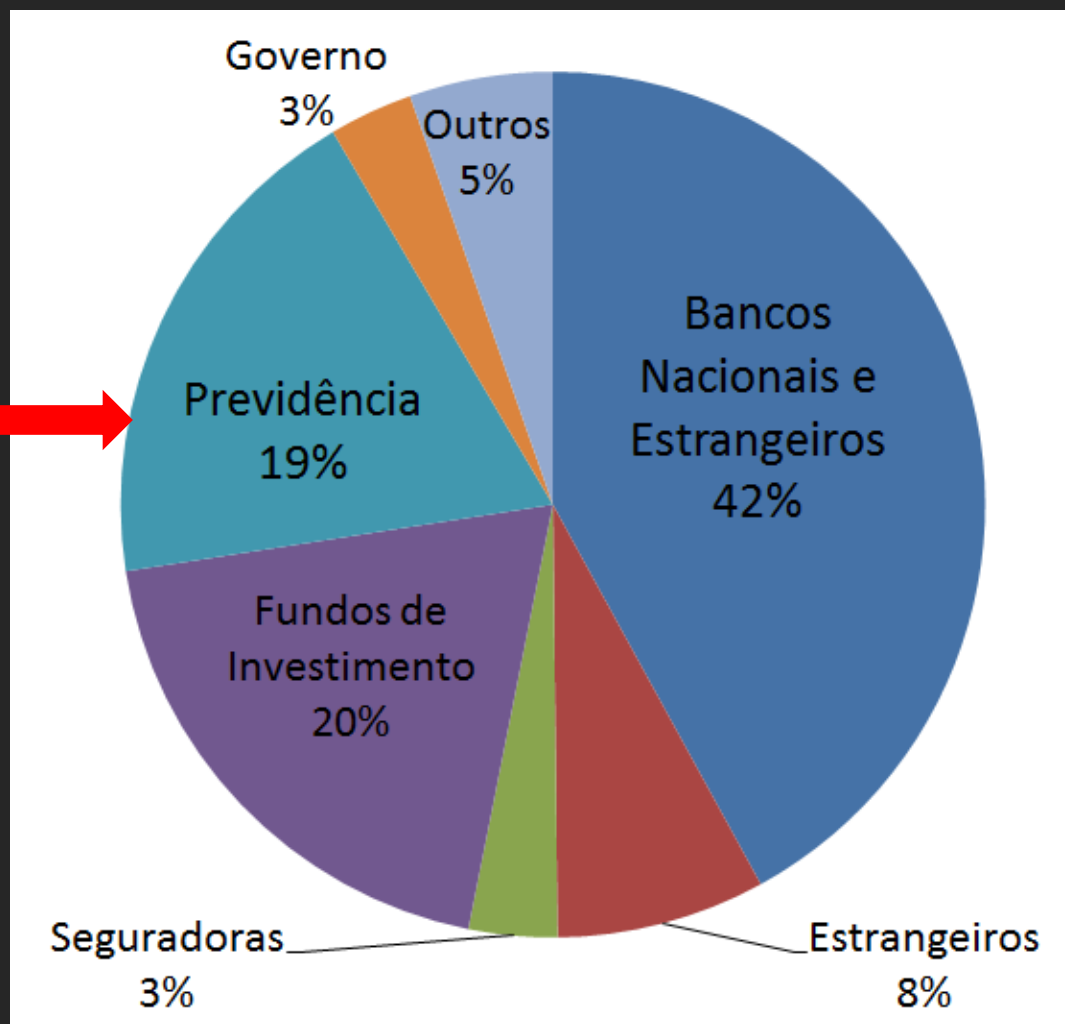
No Brasil a dívida tem **SUBTRAÍDO** recursos das áreas sociais: além de consumir praticamente todos os recursos advindos da emissão de novos títulos, ainda absorve recursos provenientes de outras fontes, que poderiam ser destinados a investimentos em áreas sociais.

Ver artigos:

<https://bit.ly/2S72v8v>

<https://bit.ly/3Eq59u9>

SETORES BENEFICIÁRIOS DA DÍVIDA INTERNA FEDERAL (Dez/2023)



Inclui previdência privada (aberta)

Governos se recusam a informar os beneficiários da dívida pública

Tesouro Nacionalomite nas suas tabelas as "Operações Compromissadas" e os Depósitos Voluntários Remunerados"

Beneficiários são sigilosos.

Nota: Inclui na fatia dos Bancos as "Operações Compromissadas" e os "Depósitos Voluntários Remunerados", que não constam na tabela do Tesouro Nacional. Fonte: https://sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2501:9:::::9:P9_ID_PUBLICACAO_ANEXO:23115 (Tabela 2.7) e https://www.bcb.gov.br/content/estatisticas/hist_estatisticasfiscais/202409_Tabelas_de_estatisticas_fiscais.xlsx (Operações Compromissadas e Depósitos Voluntários Remunerados - Tabela 4 – Linhas 50 e 52). Elaboração: Auditoria Cidadã da Dívida.

A CONJUNTURA ESCANCARA O PRIVILÉGIO DA DÍVIDA PÚBLICA E CAMINHA NO SENTIDO CONTRÁRIO AO QUE O PAÍS NECESSITA

PRECISAMOS:

- ✓ Mais recursos para garantir os Direitos Sociais, **investimentos em nosso desenvolvimento socioeconômico e na estrutura do Estado;**
- ✓ Interromper mecanismos que geram “dívida” sem contrapartida em investimentos.

O QUE FAZER?

- AUDITORIA DA DÍVIDA COM PARTICIPAÇÃO SOCIAL
- LIMITE DOS JUROS EM LEI
- VETAR O ESQUEMA DE SECURITIZAÇÃO
- **Mobilização, Frente Parlamentar, CAMPANHA NACIONAL POR DIREITOS SOCIAIS**

Muito grata

Maria Lucia Fattorelli

ACESSE

AUDITORIACIDADA.ORG.BR



/AUDITORIACIDADA.PAGINA



/AUDITORIACIDADADADIVIDA



/AUDITORIACIDADABR



/AUDITORIACIDADA



Spotify.



Google Podcasts

#ÉHORADEVIRARAJOGO